

## Ata nº79

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Casa do Povo de Vila Nova de Anha, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Anha, presidida por Duarte José Faria Vilar de Figueiredo e com a presença dos seguintes elementos: Catarina Felgueiras Portela, Eduardo Alberto Lima Torres, Domingos Sampaio Pereira, Lúcia Silva Marinho, Manuel Fernando Lima Damião, Ricardo Nuno de Sá Rego e Ingrid Van Dorpe. Também estiveram presentes: Rui Jorge Ribeiro Martins de Matos, José Carlos Oliveira Gonçalves e Ana Sofia Lima Novo, do corpo executivo da Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha.

A ordem de trabalhos da presente reunião era a seguinte: **ponto um:** Período antes da ordem do dia; **ponto dois:** Discussão e Votação do Relatório de Atividades e Contas de Gerência do Ano de 2015.

Antes de dar cumprimento à ordem de trabalhos, procedeu-se à aprovação, com duas abstenções por ausência, da ata nº78 respetiva à sessão anterior, às substituições dos membros da Assembleia de Freguesia que as solicitaram, bem como à justificação das faltas ocorridas. Foi proposto pelo Presidente da Assembleia de Freguesia a inserção de um novo ponto na ordem de trabalhos, denominado “**ponto um a)** Apresentação de Informações por parte da Junta de Freguesia”, o que foi aceite por todos os membros da Assembleia de Freguesia.

No âmbito primeiro ponto da ordem de trabalhos (“Período antes da ordem do dia”) houve três inscrições: Ingrid Van Dorpe, Ricardo Nuno de Sá Rego e Duarte José Faria Vilar de Figueiredo.

Ingrid Van Dorpe na sua intervenção pediu esclarecimentos relativamente ao ponto de situação em que se encontrava a limpeza dos terrenos, já que se aproxima a época de mais calor, e dessa forma, há um maior risco de incêndios. Questiona também o executivo da Junta de Freguesia relativamente à manutenção da ecovia na Praia do Rodanho, e à situação dos balneários e dos nadadores salvadores para a próxima época balnear. Por último pergunta para quando está prevista a inauguração do Complexo Desportivo da ADCA

Ricardo Rego iniciou a sua intervenção questionando a Junta de Freguesia acerca do acordo feito de pagamento da dívida à Segurança Social, nomeadamente quais são as condições desse mesmo acordo e prazos a cumprir. O deputado agradece a resposta dada ao requerimento que este apresentou na última Assembleia relativamente a todas as receitas provenientes do cemitério. Ainda acerca do cemitério, o deputado confronta o Executivo da Junta de Freguesia acerca da forma como a cobrança da taxa de inumação está a ser feita. Refere que esta taxa deve ser cobrada pela Junta de Freguesia na sua totalidade, ou seja, duzentos e vinte euros que é o que está taxado, e só a partir dessa cobrança é que se dá o dinheiro que pertence ao coveiro. Esta taxa não deve ser cobrada nem pela agência funerária, nem pelo coveiro, pois quem criou esta taxa foi a Junta de Freguesia e por isso quem a deve cobrar é ela. Sublinha o facto de a forma como esta taxa está a ser cobrada é

uma ilegalidade. Sobre o cemitério, o deputado ainda questiona o Executivo da Junta de Freguesia se foi vendida mais que uma sepultura à mesma pessoa, pois se tal aconteceu deve ser cobrada pela segunda sepultura mil e quinhentos euros.

A intervenção do Presidente da Assembleia, Duarte Figueiredo, teve como tema central o vinte e cinco de abril, dia da Liberdade, onde refere que a escolha deste dia para a realização da sessão ordinária não foi inocente, pois a participação e o envolvimento dos cidadãos são marcas da democracia e é através do poder local que se consegue chegar mais perto dos cidadãos. Nesta intervenção saudou todos aqueles que ao longo destes quarenta e dois anos exerceram funções na Assembleia e Junta desta freguesia, pois o exercício de cargos de responsabilidade política é a maior responsabilidade cívica que alguém pode assumir. Terminou a sua intervenção afirmando que para existir democracia e participação dos cidadãos é importante que os órgãos políticos locais sejam democráticos e plurais.

Seguidamente tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia, enaltecendo a relevância da intervenção do Presidente da Assembleia Geral e cita um excerto acerca desta data de Maria Augusta Alpuim.

Relativamente à ecovia, o Presidente da Junta de Freguesia responde à deputada, referindo que o executivo já se apercebeu que esta necessita de manutenção, mas no entanto que a mesma dá despesa e, apesar de a o número de espaços verdes ter aumentado de 7.000m<sup>2</sup> para 12.000 m<sup>2</sup>, a verba mantém-se a mesma. Relativamente à defesa da floresta contra os incêndios, Rui Matos refere que existe uma reunião da Câmara Municipal com todas as Juntas de Freguesia para falar sobre mesmo assunto.

O Presidente da Junta referiu que relativamente ao acordo com a Segurança Social com o novo Orçamento de Estado não são é preciso apresentar garantias idóneas e, por esta razão está tudo a postos para fechar este acordo, aguarda-se apenas que seja publicado em portaria. Refere ainda que no verão termina o pagamento da dívida aos Irmãos Peixoto e, a partir desta altura, já se pode começar a pagar à Segurança Social. Acerca das questões do cemitério, Rui Matos realça que este é uma fonte de receita, mas que temos de olhá-lo como um todo, onde existe custo de mão-de-obra e matéria-prima, dando o exemplo da canalização das águas, onde devido a um entupimento foi necessário estar uma semana inteira a trabalhar na resolução do problema e, desta forma a Junta de Freguesia não olha para o cemitério como um negócio. Sobre a taxa de inumação, o Presidente da Junta de Freguesia afirma que taxa é de duzentos e vinte euros, onde a Junta de Freguesia paga ao coveiro cento e sessenta euros ficando com o restante, no entanto a cobrança da mesma é feita pela agência funerária. Refere que não existem reclamações sobre o cemitério e que este é bem estruturado e bem arranjado.

No que diz respeito à alínea a do primeiro ponto da ordem de trabalhos (“Apresentação de Informações por parte da Junta de Freguesia”) – (Anexo 1), o presidente do executivo da Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha salientou a presença do Executivo na Homenagem a Maria Augusta Alpuim promovida pela Câmara Municipal, a conclusão que deverá ocorrer em breve da pavimentação da Rua do Barroco, a conclusão da Ecovia ligando o Cabedelo e o Rodanho e as reuniões com o STAL, sobre situação dos funcionários relativamente ao SIADAP, tomando a

Junta de Freguesia a iniciativa de promover, desde o passado dia um de abril, por acordo entre as partes, as trinta e cinco horas de trabalho semanais.

Para este ponto não existiram inscrições.

Relativamente ao segundo ponto da ordem de trabalhos (“Discussão e Votação do Relatório de Atividades e Contas de Gerência do Ano de 2015”) – (Anexo 2), o Presidente da Junta de Freguesia afirma que a taxa de execução não é a melhor (65%), pois para ser considerada boa deveria ser acima dos oitenta por cento, no entanto nos últimos anos esta rondou os oitenta e dois por cento. No que diz respeito ao balanço entre a receita e a despesa, estas encontram-se equivalentes. Realça ainda que apesar das adversidades pelas quais esta Junta de Freguesia está a passar, esta nunca perdeu a sua identidade política e cultural, conseguindo continuar a levar a cabo uma forte intervenção no terreno. Realçou também que este executivo sempre foi transparente e que, ainda acerca do balanço das despesas e receitas, parte das receitas são canalizadas para o pagamento de uma dívida, a canalização das receitas da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia baixou relativamente aos outros anos, mas que isso nunca impediu que fossem honrados os compromissos. Destaca ainda que foram realizados três quartos das obras, dando o exemplo da conclusão do troço da ecovia, a requalificação da Rua do Barroco, a requalificação no acesso ao Largo das Camboas, o alargamento da Rua do Sendim e, ainda o Largo do Pombal. Por último, afirma que para a segurança das pessoas, foram colocados mais postes de iluminação pública.

Para este ponto, existiram duas inscrições: o deputado Ricardo Nuno de Sá Rego e a deputada Ingrid Van Dorpe.

Ricardo Nuno de Sá Rego afirma que foi o Presidente da Junta de Freguesia quem criou a taxa de inumação pois até essa data esta não existia. Reforça mais uma vez que quem deve cobrar esta taxa é a Junta de Freguesia pois caso contrário estamos perante uma ilegalidade. Considera portanto que isto é uma falta de competência do executivo. Realça ainda que o facto de terem conseguido reduzir a dívida implicou atrasos no pagamento dos salários aos funcionários e que a dívida à Segurança Social é da total responsabilidade desta Junta de Freguesia. Questiona ainda este executivo acerca dos três mil e novecentos euros que estão orçamentados para gastar nas escolas.

Ingrid Van Dorpe realça que o importante é que seja feito um balanço transparente e válido. Afirma ainda que não se pode utilizar receitas orçamentadas de outras áreas. Questiona ainda este executivo sobre a manutenção da identidade cultural, pois se isto é verdade porque é que foram cortados apoios às associações. Sugere ainda que sejam colocadas placas de limite de velocidade na Avenida 9 de julho pois receia mortes devido ao excesso de velocidade.

O Presidente da Junta de Freguesia afirma que os três mil e novecentos euros orçamentadas para as escolas são recebidos contra fatura e, por isso só foram recebidos mil setecentos e dezoito euros, pois se não são apresentadas faturas nesse valor, não é recebido o dinheiro. Afirma ainda que o papel higiénico não provém desse dinheiro e é entregue mediante requisição. Quanto às taxas do cemitério, o executivo da Junta de Freguesia irá verificar contabilisticamente se está ou não correto e, se não

estiver este compromete-se a corrigir. Quanto à dívida dos cento e dez mil euros aos Irmãos Peixoto, o dinheiro era recebido, a obra era feita mas não era paga ao empreiteiro. Exemplo disso, é a obra de pavimentação da Rua do Barroco, responsabilidade do executivo anterior, executada com dinheiro recebido e não paga ao empreiteiro. Afirma ainda que o documento de Relatório de Atividades e Contas da Gerência é auditado todos os anos pelo Tribunal de Contas e tem sido sempre aprovado. Termina a sua intervenção assegurando que a Junta de Freguesia não deve salários aos funcionários.

Após as intervenções procedeu-se à votação do Relatório de Atividades e Contas de Gerência do ano transato que foi aprovado com dois votos contra e seis votos a favor.

Dada por encerrada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa de Assembleia deu por aberto o período de intervenção do público presente. Neste período inscreveram-se os cidadãos: Ernesto Correia, Manuel Meira Lima e João Maciel.

O Sr. Ernesto Correia pensa que a ecovia não traz nada de bom à freguesia, apenas um aumento da prostituição masculina, problema já conhecido nesta freguesia, e além disso está a travar a entrada nos caminhos que dão acesso ao monte e por isso questiona por onde passarão a partir de agora os tratores e as carrinhas. Termina afirmando que a Associação de Caçadores de Vila Nova de Anha é a única instituição que se preocupa com a zona em questão.

O Sr. Manuel Lima afirma que sempre foi contra a admissão do coveiro e as taxas do cemitério, pois cada deve ter liberdade de escolha. Questiona o executivo da Junta de Freguesia acerca dos critérios aplicados para a obtenção de isenção de taxas. Pergunta também para quando será colocado saneamento na Travessa S. Tiago e na Rua Benemérito João Sampaio que já está prometido há vários anos. Acerca da Extensão de Saúde, elogia que o facto de esta se manter aberta, no entanto considera que é necessário criar condições de trabalho para os profissionais de saúde. Este cidadão mostrou-se também preocupado relativamente à segurança rodoviária e sugere a colocação de lombas na curva da Linda do Mansinho para diminuir a velocidade dos condutores. Por último, mostrou-se agradado quanto à diminuição do passivo, no entanto refere que ninguém que gosta que existam salários em atraso e se tal ocorreu deseja que não se repita.

O Sr. João Maciel afirma que há três anos que existe o problema da inundação em frente à porta de sua casa e questiona a Junta de Freguesia sobre para o quando a resolução deste problema, pois este tem de ter fim.

Seguidamente tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia para responder às questões colocadas pelos cidadãos. O Presidente da Junta de Freguesia enalteceu e agradeceu o trabalho que a Associação de Caçadores tem vindo a desenvolver nesta zona, no entanto discorda, pois a Junta de Freguesia também tem lá realizado trabalhos e considera que a ecovia apenas traz mais-valias para a freguesia. Afirmou também que a natureza é de todos e por essa razão é para partilhar. Quanto ao problema da prostituição a Junta de Freguesia é impotente para o resolver. Por fim termina afirmando que os terrenos onde passa a ecovia respeita os terrenos

anteriormente destinados a servidão de consortes e por isso apenas era possível passar por lá carrinhos de mão e tratores. Afirma por fim, que a Junta de Freguesia está sempre disponível para ajudar a Associação que o Sr. Ernesto Correia preside.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Manuel Lima, Rui Matos respondeu relativamente à Extensão de Saúde agradecendo a intervenção que foi feita, pois fica contente que existam condições para que esta se mantenha aberta e que a Direção do Centro Social e Paroquial prometeu que nos dias em que existam consultas a decorrer as crianças irão brincar para o exterior de modo a que as condições de trabalho sejam criadas. Termina afirmando que não existem só problemas na nossa Extensão de Saúde.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. João Maciel, o presidente da Junta de Freguesia respondeu afirmando que a Junta de Freguesia se comprometeu com o empreiteiro a ajudar a resolver o problema de encaminhamento das águas pluviais, mas que a responsabilidade é do empreiteiro.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião pelas vinte e três horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente da Assembleia de Freguesia

---

(Duarte José Faria Vilar de Figueiredo)

A Primeira Secretária

---

(Catarina Felgueiras Portela)